

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 03.475.839/0001-74
Belo Horizonte - MG

Rosal Energia S.A.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

BALANÇO SOCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Senhores Acionistas,

A Rosal Energia S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$46.944 mil, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um Resultado de R\$46.706 mil em 2016, em comparação a R\$24.708 mil em 2015, um crescimento de 89,03%. Este resultado decorre, principalmente, da redução nos custos com energia elétrica comprada para revenda e aumento na receita de fornecimento.

Receita Operacional

O fornecimento de energia elétrica para os clientes, totalizou 223.244 MWh durante o exercício de 2016 (338.219 MWh em 2015) e R\$82.179 mil (R\$61.992 mil em 2015), representando um aumento de 32,56% na receita de fornecimento. Esta variação decorre de novos contratos firmados com consumidores a preços do MWh mais vantajosos que os anteriores.

Tributos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$19.664 mil em 2016 comparados a R\$10.192 em 2015, representando um aumento de 92,94%.

Os tributos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento e as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita e pelo aumento de 166,94% no ICMS sobre a receita de Fornecimento Industrial.

Vide maiores informações sobre a composição da receita operacional na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$15.610 mil em 2016 em comparação a R\$28.122 mil em 2015, representando uma redução de 44,49%. Esta variação decorre, principalmente, da redução nos custos com energia elétrica comprada para revenda, que foram de R\$917 mil em 2016, comparados a R\$13.551 mil em 2015, em função da redução do preço do PLD médio no ano de 2016 (R\$93,97/MWh comparado a R\$288,11/MWh em 2015).

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2016 foi uma receita financeira líquida de R\$3.510mil comparada a uma receita financeira líquida de R\$4.460 em 2015, uma redução de 21,30% decorrente, basicamente, de menor volume de recursos aplicados no mercado financeiro em 2016.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2016, a Companhia apurou o montante de R\$3.709 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 7,36% do lucro antes da tributação. No exercício de 2015, a Companhia apurou o montante de R\$3.430 mil, representando 12,19% do lucro antes da tributação. Esta variação decorre do regime de tributação com base no lucro presumido considerar um percentual de presunção incidente sobre a receita para aplicação das alíquotas de Imposto de Renda e de Contribuição Social, não considerando as variações nos custos e despesas.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2016, o LAJIDA da Companhia foi de R\$51.247 mil (R\$28.070 mil em 2015) e a Margem do LAJIDA foi de 81,98% em 2016 (54,19% em 2015), conforme demonstrado a seguir (em milhares de reais):

| | 2016 | 2015 | Var.% |
|------------------------|---------------|---------------|--------------|
| Resultado Líquido | 46.706 | 24.708 | 89,03 |
| + Despesa de IR e CS | 3.709 | 3.430 | 8,13 |
| - Resultado Financeiro | (3.510) | (4.460) | (21,30) |
| + Depreciação | 4.342 | 4.392 | (1,14) |
| LAJIDA | 51.247 | 28.070 | 82,57 |

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento de dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a realizar-se em 2017 que, ao resultado do exercício de 2016, no montante de R\$46.706 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$2.098 mil referente à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- RS17.836 mil referentes a dividendos intermediários; e,
- RS30.968 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

1) Base de Cálculo

| | |
|--------------------------------|--------|
| Receita Líquida (RL) | 62.515 |
| Resultado Operacional (RO) | 50.415 |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | 1.573 |

2) Indicadores Sociais Internos

| | 2016 Valor (Mil R\$) | % Sobre FPB | % Sobre RL | 2015 Valor (Mil R\$) | % Sobre FPB | % Sobre RL |
|--------------------------------------|----------------------------|----------------|---------------|----------------------------|----------------|---------------|
| Alimentação | 137 | 8,70 | 0,22 | 127 | 9,27 | 0,02 |
| Encargos sociais compulsórios | 228 | 14,49 | 0,36 | 197 | 14,38 | 0,03 |
| Saúde | 113 | 7,18 | 0,18 | 97 | 7,08 | 0,01 |
| Participação Resultados - Empregados | 131 | 8,32 | 0,21 | 117,5 | 8,58 | 0,02 |
| Previdência Privada | 66 | 4,19 | 0,10 | 51 | 3,72 | 0,01 |
| Total - Indicadores Sociais Internos | 675 | 42,88 | 1,07 | 589,5 | 43,03 | 0,08 |

3) Indicadores Sociais Externos

| | 2016 Valor (Mil R\$) | % Sobre RO | % Sobre RL | 2015 Valor (Mil R\$) | % Sobre RO | % Sobre RL |
|---------------------------------------|----------------------------|---------------|---------------|----------------------------|---------------|---------------|
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 3.709 | 7,36 | 5,93 | 3.431 | 75,39 | 7,71 |
| Total - Indicadores Sociais Externos | 3.709 | 7,36 | 5,93 | 3.431 | 75,39 | 7,71 |

4) Indicadores Ambientais

| | | | | | | |
|--|-------|------|------|-------|-------|------|
| Relacionados com a operação da empresa | 1.228 | 2,44 | 1,96 | 1.805 | 39,66 | 4,05 |
| Total dos Investimentos em Meio Ambiente | 1.228 | 2,44 | 1,96 | 1.805 | 39,66 | 4,05 |

5) Indicadores do Corpo Funcional

| | | | | | | |
|---|----|--|--|--|--|--|
| Nº de empregados no final do período | 12 | | | | | |
| Nº de admissões durante o período | - | | | | | |
| Nº de estagiários | - | | | | | |
| Escolaridade dos empregados | | | | | | |
| - Superior e extensão universitária | 2 | | | | | |
| - 2º Grau | 9 | | | | | |
| - 1º Grau | 1 | | | | | |
| - Até 1º Grau incompleto | - | | | | | |
| Faixa etária dos empregados | | | | | | |
| - Abaixo de 30 anos | - | | | | | |
| - de 30 a 45 anos (exclusive) | 6 | | | | | |
| - acima de 45 anos | 6 | | | | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | - | | | | | |
| % cargos chefia ocupados por mulheres | - | | | | | |
| Nº de negros que trabalham na empresa | 2 | | | | | |
| % cargos chefia ocupados por negros | - | | | | | |

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

| | ATIVO | | | |
|-----------------------------------|-------|----------------|----------------|----------------|
| | Nota | 2016 | 2015 | 01/01/2015 |
| CIRCULANTE | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 3 | 8.586 | 1.082 | 5.918 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 4 | 20.312 | 4.807 | 15.352 |
| Concessionárias e Permissionárias | 5 | 7.609 | 3.617 | 4.459 |
| Tributos Compensáveis | 7 | 42 | 19 | 105 |
| Outros Créditos | | 1.064 | 882 | 467 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 37.613 | 10.407 | 26.301 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Títulos e Valores Mobiliários | 4 | 912 | 95 | 263 |
| Tributos Compensáveis | 7 | 430 | 430 | 253 |
| Depósitos Judiciais | 6 | 330 | 55 | 47 |
| Outros Créditos | | 340 | 340 | - |
| Imobilizado | 8 | 110.732 | 114.929 | 119.400 |
| Intangível | 9 | 299 | 299 | 299 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 113.043 | 116.148 | 120.262 |
| ATIVO TOTAL | | 150.656 | 126.555 | 146.563 |

| | 2016 | | | 2015 | | |
|---|--------------------|----------------|----------------|--------------------|----------------|---------------|
| | Valor (Mil R\$) | % Sobre FPB | % Sobre RL | Valor (Mil R\$) | % Sobre FPB | % Sobre RL |
| Receita Líquida (RL) | 62.515 | | | 51.800 | | |
| Resultado Operacional (RO) | 50.415 | | | 28.138 | | |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | 1.573 | | | 1.370 | | |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 8.612 | 7,36 | 5,93 | 7.359 | 43,03 | 0,08 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | |
| Fornecedores | 10 | 4.819 | 4.210 | 6.622 | | |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 12a e 12b | 629 | 628 | 615 | | |
| Tributos | | 1.509 | 1.278 | 736 | | |
| Dividendos propostos | | - | - | 19.899 | | |
| Encargos Setoriais | 13 | 1.619 | 1.228 | 1.043 | | |
| Outras Obrigações | | 36 | 15 | 3 | | |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 8.612 | 7.359 | 28.918 | | |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | |
| Fornecedores | 10 | 17 | 17 | 17 | | |
| Encargos Setoriais | 13 | 519 | 258 | - | | |
| Tributos Diferidos | 12c | - | 18 | 118 | | |
| Provisões | 11 | 364 | 12 | 11 | | |
| Outras Obrigações | | 1 | 3 | 1 | | |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 901 | 308 | 147 | | |
| TOTAL DO PASSIVO | | 9.513 | 7.667 | 29.065 | | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 14 | | | | | |
| Capital Social | | 46.944 | 46.944 | 46.944 | | |
| Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial | | 53.682 | 55.780 | 57.914 | | |
| Reserva de Capital | | 160 | 160 | 160 | | |
| Reservas de Lucros | | 40.357 | 16.004 | 12.480 | | |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 141.143 | 118.888 | 117.498 | | |
| PASSIVO TOTAL | | 150.656 | 126.555 | 146.563 | | |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

| | Nota | 2016 | 2015 |
|--|-----------|-----------------|-----------------|
| RECEITAS | 15 | 62.515 | 51.800 |
| CUSTOS OPERACIONAIS | | | |
| CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA | | | |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | | (917) | (13.551) |
| Encargos de Uso da Rede de Distribuição | | (3.101) | (3.064) |
| | | (4.018) | (16.615) |
| CUSTOS DE OPERAÇÃO | | | |
| Pessoal | | (1.573) | (1.370) |
| Serviços de Terceiros | | (4.521) | (4.800) |
| Depreciação | | (4.342) | (4.392) |
| Seguros | | (67) | (56) |
| Materiais | | (191) | (404) |
| Outros | | - | (1) |
| | | (10.694) | (11.023) |
| CUSTO TOTAL | 16 | (14.712) | (27.638) |
| LUCRO BRUTO | | 47.803 | 24.162 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | | |
| Despesas Gerais e Administrativas | | (373) | (312) |
| Outras Despesas Operacionais | | (525) | (172) |
| | | (898) | (484) |
| Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro | | 46.905 | 23.678 |
| Receitas Financeiras | | 3.536 | 4.545 |
| Despesas Financeiras | | (26) | (85) |
| | | 3.510 | 4.460 |
| Resultado Antes dos Impostos | | 50.415 | 28.138 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes | | (3.709) | (3.530) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | | - | 100 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | 46.706 | 24.708 |
| RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES | | 994,93 | 463,87 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais)

| | 2016 | 2015 |
|--|---------------|---------------|
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 46.706 | 24.708 |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | 46.706 | 24.708 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais)

| | 2016 | 2015 |
|--|-----------------|-----------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Resultado do Exercício | 46.706 | 24.708 |
| Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa | | |
| Depreciação | 4.342 | 4.392 |
| Tributos | 3.709 | 3.430 |
| Renda de Aplicação no Mercado Financeiro | (3.518) | (4.538) |
| Provisões | 352 | 1 |
| | 51.591 | 27.993 |
| (Aumento) Redução de Ativos | | |
| Concessionárias e Permissionárias | (3.992) | 842 |
| Tributos Compensáveis | (23) | (91) |
| Depósitos Judiciais | (275) | (8) |
| Outros Créditos | (182) | (415) |
| | (4.472) | 328 |
| Aumento (Redução) de Passivos | | |
| Fornecedores | 609 | (2.412) |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 1 | 13 |
| Tributos | (745) | (772) |
| Encargos Setoriais | 652 | 443 |
| Tributos Diferidos | (18) | - |
| Outras Obrigações | 19 | 14 |
| | 518 | (2.714) |
| Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais | 47.637 | 25.607 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | (2.733) | (2.216) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 44.904 | 23.391 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Títulos e Valores Mobiliários | (12.804) | 15.251 |
| Imobilizado | (145) | (261) |
| CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (12.949) | 14.990 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Dividendos pagos | (24.451) | (43.217) |
| CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (24.451) | (43.217) |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 7.504 | (4.836) |
| DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES | | |

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 03.475.839/0001-74
Belo Horizonte - MG

Rosal Energia S.A.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

| | Capital Social | Reserva de Capital | Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial | Reservas de Lucros | | Lucros Acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|---|--------------------|-------------------------------|-------------------|----------------|
| | | | | Reserva legal | Reserva de Retenção de lucros | | |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Reapresentado) | 46.944 | 160 | 57.914 | 9.162 | 3.318 | - | 117.498 |
| Dividendos Adicionais Propostos de 2014 (R\$70,68 por lote de mil ações) | - | - | - | - | (3.318) | - | (3.318) |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | 24.708 | 24.708 |
| Destinação do resultado proposta à AGO: | | | | | | | |
| Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação | - | - | (2.134) | - | - | 2.134 | - |
| Constituição de Reserva Legal | - | - | - | 227 | - | (227) | - |
| Dividendos Intermediários (R\$426,04 por lote de mil ações) | - | - | - | - | - | (20.000) | (20.000) |
| Dividendos Adicionais Propostos (R\$140,91 por lote de mil ações) | - | - | - | - | 6.615 | (6.615) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Reapresentado) | 46.944 | 160 | 55.780 | 9.389 | 6.615 | - | 118.888 |
| Dividendos Adicionais Propostos de 2015 (R\$140,91 por lote de mil ações) | - | - | - | - | (6.615) | - | (6.615) |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | 46.706 | 46.706 |
| Destinação do resultado proposta à AGO: | | | | | | | |
| Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação | - | - | (2.098) | - | - | 2.098 | - |
| Dividendos Intermediários (R\$379,94 por lote de mil ações) | - | - | - | - | - | (17.836) | (17.836) |
| Dividendos Adicionais Propostos (R\$657,66 por lote de mil ações) | - | - | - | - | 30.968 | (30.968) | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 | 46.944 | 160 | 53.682 | 9.389 | 30.968 | - | 141.143 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rosal Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, sediada em Belo Horizonte - MG, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("CEMIG") e tem por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Rosal ("UHE Rosal").

A UHE Rosal está localizada nos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e São José do Calçado e Guaiçú, no Estado do Espírito Santo. O prazo de duração da concessão da exploração dessa usina é de 35 anos, contados a partir de 08 de maio de 1997, data em que o Contrato de Concessão para Geração e Transmissão de Energia Elétrica nº 1/97 foi assinado.

A Companhia teve sua licença de operação renovada, no início de março de 2011, por mais oito anos. Entre as ações implantadas, estão os programas de educação ambiental, de qualidade da água, reflorestamento das margens e recuperação de áreas degradadas, conservação e uso do reservatório, monitoramento de processos erosivos e a criação dos parques naturais municipais de Guaiçú (ES) e Bom Jesus do Itabapoana (RJ). A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela CEMIG em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 08 de junho de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Concessionárias e Permissionárias;
- Nota 8 - Depreciação;
- Nota 11 - Provisões;
- Nota 15 - Fornecimento Não Faturado - Industrial;
- Nota 18 - Imposto de Renda e Contribuição Social.

2.5. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgação - oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 - incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa).

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subseqüentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.
- Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes - em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras, em conformidade de as normas e regulamentos descritos no item 2.1 - Declaração de conformidade.

a) Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

c) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis.

São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

d) Redução ao valor recuperável

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

g) Receita

As receitas de suprimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas bancárias.

i) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

2.8. Representação das Demonstrações Financeiras

Conforme as orientações do CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia procedeu à alteração no saldo líquido do ativo imobilizado e no saldo da reserva de ajuste de avaliação patrimonial correspondente, em função de alteração na realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial de ativo imobilizado com base no custo atribuído.

Essas alterações não provocaram efeitos no lucro líquido, nas demonstrações de resultados abrangentes e do valor adicionado.

Os efeitos das alterações mencionadas estão apresentados conforme abaixo:

| Balanço Patrimonial - Ativo | 2015 | | |
|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2015 | Ajustes | Reapresentado |
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.082 | - | 1.082 |
| Titulos e Valores Mobiliários | 4.807 | - | 4.807 |
| Concessionárias e Permissionárias | 3.617 | - | 3.617 |
| Tributos Compensáveis | 19 | - | 19 |
| Outros Créditos | 882 | - | 882 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 10.407 | - | 10.407 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Titulos e Valores Mobiliários | 95 | - | 95 |
| Tributos Compensáveis | 430 | - | 430 |
| Depósitos Judiciais | 55 | - | 55 |
| Outros Créditos | 340 | - | 340 |
| Imobilizado | 117.861 | (2.932) | 114.929 |
| Intangível | 299 | - | 299 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | 119.080 | (2.932) | 116.148 |
| ATIVO TOTAL | 129.487 | (2.932) | 126.555 |

| Balanço Patrimonial - Ativo | 01/01/2015 | | |
|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 01/01/2015 | Ajustes | Reapresentado |
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 5.918 | - | 5.918 |
| Titulos e Valores Mobiliários | 15.352 | - | 15.352 |
| Concessionárias e Permissionárias | 4.459 | - | 4.459 |
| Tributos Compensáveis | 105 | - | 105 |
| Outros Créditos | 467 | - | 467 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 26.301 | - | 26.301 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Titulos e Valores Mobiliários | 263 | - | 263 |
| Tributos Compensáveis | 253 | - | 253 |
| Depósitos Judiciais | 47 | - | 47 |
| Imobilizado | 122.332 | (2.932) | 119.400 |
| Intangível | 299 | - | 299 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | 120.262 | (2.932) | 123.194 |
| ATIVO TOTAL | 146.563 | (2.932) | 149.495 |

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 03.475.839/0001-74
Belo Horizonte - MG

Rosal Energia S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Balanco Patrimonial - Passivo | 2015 | Ajustes | Reapresentado |
|--|--------------|----------|---------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores..... | 4.210 | - | 4.210 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas..... | 628 | - | 628 |
| Tributos..... | 1.278 | - | 1.278 |
| Encargos Setoriais..... | 1.228 | - | 1.228 |
| Outras Obrigações..... | 15 | - | 15 |
| TOTAL DO CIRCULANTE..... | 7.359 | - | 7.359 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores..... | 17 | - | 17 |
| Encargos Setoriais..... | 258 | - | 258 |
| Tributos Diferidos..... | 18 | - | 18 |
| Provisões..... | 12 | - | 12 |
| Outras Obrigações..... | 3 | - | 3 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE..... | 308 | - | 308 |
| TOTAL DO PASSIVO..... | 7.667 | - | 7.667 |

| Balanco Patrimonial - Passivo | 01/01/2015 | Ajustes | Reapresentado |
|--|---------------|----------|---------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores..... | 6.622 | - | 6.622 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas..... | 615 | - | 615 |
| Tributos..... | 736 | - | 736 |
| Dividendos propostos..... | 19.899 | - | 19.899 |
| Encargos Setoriais..... | 1.043 | - | 1.043 |
| Outras Obrigações..... | 3 | - | 3 |
| TOTAL DO CIRCULANTE..... | 28.918 | - | 28.918 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores..... | 17 | - | 17 |
| Encargos Setoriais..... | - | - | - |
| Tributos Diferidos..... | 118 | - | 118 |
| Provisões..... | 11 | - | 11 |
| Outras Obrigações..... | 1 | - | 1 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE..... | 147 | - | 147 |
| TOTAL DO PASSIVO..... | 29.065 | - | 29.065 |

| Balanco Patrimonial - Passivo | 2015 | Ajustes | Reapresentado |
|--|--------------|----------|---------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores..... | 4.210 | - | 4.210 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas..... | 628 | - | 628 |
| Tributos..... | 1.278 | - | 1.278 |
| Encargos Setoriais..... | 1.228 | - | 1.228 |
| Outras Obrigações..... | 15 | - | 15 |
| TOTAL DO CIRCULANTE..... | 7.359 | - | 7.359 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores..... | 17 | - | 17 |
| Encargos Setoriais..... | 258 | - | 258 |
| Tributos Diferidos..... | 18 | - | 18 |
| Provisões..... | 12 | - | 12 |
| Outras Obrigações..... | 3 | - | 3 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE..... | 308 | - | 308 |
| TOTAL DO PASSIVO..... | 7.667 | - | 7.667 |

| Balanco Patrimonial - Passivo | 01/01/2015 | Ajustes | Reapresentado |
|--|---------------|----------|---------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores..... | 6.622 | - | 6.622 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas..... | 615 | - | 615 |
| Tributos..... | 736 | - | 736 |
| Dividendos propostos..... | 19.899 | - | 19.899 |
| Encargos Setoriais..... | 1.043 | - | 1.043 |
| Outras Obrigações..... | 3 | - | 3 |
| TOTAL DO CIRCULANTE..... | 28.918 | - | 28.918 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores..... | 17 | - | 17 |
| Encargos Setoriais..... | - | - | - |
| Tributos Diferidos..... | 118 | - | 118 |
| Provisões..... | 11 | - | 11 |
| Outras Obrigações..... | 1 | - | 1 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE..... | 147 | - | 147 |
| TOTAL DO PASSIVO..... | 29.065 | - | 29.065 |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | 2015 | Ajustes | Reapresentado |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Capital Social..... | 46.944 | - | 46.944 |
| Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial..... | 58.712 | (2.932) | 55.780 |
| Reserva de Capital..... | 160 | - | 160 |
| Reservas de Lucros..... | 16.004 | - | 16.004 |
| Total do Patrimônio Líquido..... | 121.820 | (2.932) | 118.888 |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | 01/01/2015 | Ajustes | Reapresentado |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Capital Social..... | 46.944 | - | 46.944 |
| Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial..... | 60.846 | (2.932) | 57.914 |
| Reserva de Capital..... | 160 | - | 160 |
| Reservas de Lucros..... | 12.480 | - | 12.480 |
| Total do Patrimônio Líquido..... | 120.430 | (2.932) | 117.498 |

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2016 | 2015 | 01/01/2015 |
|--|--------------|--------------|--------------|
| Banco conta movimento..... | 49 | 49 | 82 |
| Aplicações Financeiras | - | - | - |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDBs.. | 1.217 | 300 | 4.994 |
| Overnight..... | 7.320 | 733 | 842 |
| Total..... | 8.586 | 1.082 | 5.918 |

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 93% a 105,25%, conforme operação).

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em, aproximadamente, 13,64%, e têm o objetivo de liquidar obrigações de cotistas do Fundo ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | 2016 | 2015 | 01/01/2015 |
|--|---------------|--------------|---------------|
| Certificados de Depósitos Bancários - CDBs.. | 648 | 798 | 3.546 |
| Letras Financeiras Bancos - LFBs..... | 14.686 | 2.678 | 8.952 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFTs..... | 3.818 | 525 | 1.573 |
| Debêntures..... | 2.072 | 900 | 1.340 |
| Outros..... | - | 1 | 204 |
| Total..... | 21.224 | 4.902 | 15.615 |
| Circulante..... | 20.312 | 4.807 | 15.352 |
| Não Circulante..... | 912 | 95 | 263 |

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras.

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25%, conforme operação.

As Letras Financeiras - Bancos (LFBs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento - FIC Pampulha possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

| | Vencidos até 90 dias | | Total | | |
|---|----------------------|------------|--------------|--------------|--------------|
| | Saldo a Vencer | 2016 | 2015 | 01/01/2015 | |
| Suprimento de Energia..... | 1.829 | 275 | 2.104 | 537 | - |
| Suprimento de Energia não Faturado..... | 5.505 | - | 5.505 | 3.080 | 4.459 |
| Total..... | 7.334 | 275 | 7.609 | 3.617 | 4.459 |

A Companhia não constituiu Provisão Para Créditos De Liquidação Duvidosa pelo fato da Administração entender não haver riscos de perdas na realização destas contas a receber.

8. IMOBILIZADO

| | Taxa média anual de depreciação (%) | 2016 | | | 2015 - Reapresentado | | | 01/01/2015 | | |
|--|-------------------------------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------------|-----------------------|----------------|----------------|-----------------------|----------------|
| | | Custo | Depreciação Acumulada | Valor Líquido | Custo | Depreciação Acumulada | Valor Líquido | Custo | Depreciação Acumulada | Valor Líquido |
| Em Serviço..... | 2,52% | 178.843 | -68.211 | 110.632 | 178.550 | -63.869 | 114.681 | 178.797 | (59.477) | 119.320 |
| Terrenos, Obras Cívicas, Benfeitorias e Edificações..... | 2,33% | 35.638 | -12.367 | 23.271 | 35.638 | -11.617 | 24.021 | 35.928 | (10.867) | 25.061 |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras..... | 2,08% | 85.849 | -30.739 | 55.110 | 85.849 | -28.948 | 56.901 | 85.849 | (27.160) | 58.689 |
| Máquinas e Equipamentos..... | 3,21% | 57.216 | -24.980 | 32.236 | 56.923 | -23.182 | 33.741 | 56.880 | (21.332) | 35.548 |
| Veículos..... | 13,95% | 89 | -89 | - | 89 | -89 | - | 89 | (88) | 1 |
| Móveis Utensílios..... | 5,99% | 51 | -36 | 15 | 51 | -33 | 18 | 51 | (30) | 21 |
| Em Curso..... | - | 100 | - | 100 | 248 | - | 248 | 80 | - | 80 |
| Total..... | - | 178.943 | -68.211 | 110.732 | 178.798 | -63.869 | 114.929 | 178.877 | (59.477) | 119.400 |

A movimentação do imobilizado é como segue:

| | Saldo em 2015 Reapresentado | Adições | Transferências | Depreciação | Saldo em 2016 |
|--|-----------------------------|------------|----------------|---------------|----------------|
| Em Serviço..... | 114.681 | - | 293 | -4.342 | 110.632 |
| Terrenos, Obras Cívicas, Benfeitorias e Edificações..... | 24.021 | - | - | -750 | 23.271 |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras..... | 56.901 | - | - | -1.791 | 55.110 |
| Máquinas e Equipamentos..... | 33.741 | 293 | - | -1.798 | 32.236 |
| Veículos..... | - | - | - | - | - |
| Móveis Utensílios..... | 18 | - | - | -3 | 15 |
| Em Curso..... | 248 | 145 | -293 | - | 100 |
| Total..... | 114.929 | 145 | - | -4.342 | 110.732 |

| | Saldo em 01/01/2015 | Adições | Alienação | Transferências | Depreciação | Saldo em 2015 Reapresentado |
|--|---------------------|--------------|--------------|----------------|----------------|-----------------------------|
| Em Serviço..... | 119.320 | (340) | 93 | (4.392) | 114.681 | |
| Terrenos, Obras Cívicas, Benfeitorias e Edificações..... | 25.061 | (340) | 50 | (750) | 24.021 | |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras..... | 58.689 | - | - | (1.788) | 56.901 | |
| Máquinas e Equipamentos..... | 35.548 | 43 | - | (1.850) | 33.741 | |
| Veículos..... | 1 | - | - | (1) | - | |
| Móveis Utensílios..... | 21 | - | - | (3) | 18 | |
| Em Curso..... | 80 | 261 | (93) | - | 248 | |
| Total..... | 119.400 | 261 | (340) | (4.392) | 114.929 | |

A Companhia não identificou indícios de perda de valor recuperável de seus ativos imobilizados.

O contrato de concessão prevê que ao final do prazo da concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação anual no exercício de 2016 é 2,52% (2,54% em 2015).

De acordo com os arts. 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

9. INTANGÍVEL

| Intangível | 2016 | 2015 | 01/01/2015 |
|---------------------------------|------------|------------|------------|
| Em serviço..... | 299 | 299 | 299 |
| Custo histórico - Servidão..... | 299 | 299 | 299 |

O ativo intangível refere-se ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão e, portanto, não é amortizado.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seu ativo intangível.

10. FORNECEDORES

| | 2016 | 2015 | 01/01/2015 |
|--|--------------|--------------|--------------|
| Operação e Manutenção de Usina..... | 676 | 894 | 379 |
| Encargos de Uso da Rede de Distribuição..... | 24 | 113 | 110 |
| Energia de curto prazo - CCEE..... | 4.119 | 3.203 | 6.133 |
| Outros..... | 17 | 17 | 17 |
| Total..... | 4.836 | 4.227 | 6.639 |

| | 2016 | 2015 | 01/01/2015 |
|----------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Circulante..... | 4.819 | 4.210 | 6.622 |
| Não Circulante..... | 17 | 17 | 17 |

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

| | 2016 | 2015 | 01/01/2015 |
|-------------------|------|------|------------|
| Trabalhistas..... | 330 | 55 | 47 |

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

| | 2016 | 2015 | 01/01/2015 |
|-----------------------|------------|------------|------------|
| Circulante | | | |
| ICMS..... | 38 | 15 | 101 |
| Outros..... | 4 | 4 | 4 |
| Total..... | 42 | 19 | 105 |
| Não Circulante | | | |
| PAES (1)..... | 430 | 430 | 253 |
| Total..... | 430 | 430 | 253 |

(1) Em novembro de 2009, a Companhia efetuou refinanciamento através do REFIS IV Lei 11.941/2009, de parcelamento especial de tributos federais, originalmente realizado através da Lei 10.684/2003. O saldo remanescente do parcelamento originalmente realizado em 180 meses foi refinanciado em 69 meses, e os tributos federais integralmente quitados pela Companhia. Em setembro de 2015, a Companhia obteve parecer de seus assessores jurídicos que apresentava embasamento de que a Companhia deveria ter pago apenas 47 parcelas, das 69 parcelas do refinanciamento. Desta forma, a Companhia registrou em seu ativo não circulante o montante correspondente e a Administração está analisando de que forma o montante será compensado.

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras.

11. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2016 há ações de natureza trabalhista, no montante de R\$325 (R\$12 em 2015 e R\$11 em 1 de janeiro de 2015), e ações de natureza ambiental no montante de R\$39, cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, para processos de natureza tributária, ambiental e cível, totalizaram R\$215 (R\$775 em 2015 e R\$164 em 1 de janeiro de 2015).

São discutidos, dentre outros assuntos, contribuições previdenciárias sobre a participação nos lucros e resultados no período de 2007 e 2008 e suposto não atendimento de not

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 03.475.839/0001-74
Belo Horizonte - MG

Rosal Energia S.A. | CEMIG

MINAS
GERAIS
GOVERNO DE TODOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

| | 2016 | 2015 | 01/01/2015 |
|--------------------------|--------------|------------|------------|
| Circulante | | | |
| Imposto de Renda..... | 625 | 373 | 245 |
| Contribuição Social..... | 460 | 400 | 196 |
| Total | 1.085 | 773 | 441 |

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

| | 2016 | 2015 | 01/01/2015 |
|-----------------------------------|----------|-----------|------------|
| Não Circulante | | | |
| Imposto de Renda diferido..... | - | 13 | 87 |
| Contribuição Social diferida..... | - | 5 | 31 |
| Total | - | 18 | 118 |

Os valores referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos referem-se à provisão sobre a renda não resgatada de aplicação financeira.

Os rendimentos das aplicações financeiras auferidos e ainda não recebidos foram integralmente submetidos à tributação em dezembro de 2016, devido à opção pela tributação com base no regime do lucro real para o exercício seguinte.

13. ENCARGOS SETORIAIS

| | 2016 | 2015 | 01/01/2015 |
|---|--------------|--------------|--------------|
| Circulante | | | |
| Reserva Global de Reversão - RGR..... | 674 | 633 | 367 |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE..... | 16 | 1 | 13 |
| Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME..... | 27 | 11 | 16 |
| Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH..... | 579 | 282 | 322 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D..... | 280 | 280 | 294 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT..... | 43 | 21 | 31 |
| Total | 1.619 | 1.228 | 1.043 |
| Não Circulante | | | |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D..... | 519 | 258 | - |
| Total | 2.138 | 1.486 | 1.043 |

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era de R\$46.944 constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas de Lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

| | 2016 | 2015 | 01/01/2015 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Reservas de Lucros | | | |
| Reserva Legal..... | 9.389 | 9.389 | 9.162 |
| Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)..... | 30.968 | 6.615 | 3.318 |
| Total | 40.357 | 16.004 | 12.480 |

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu Reserva Legal em 2016, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

A Companhia registrou na conta Reservas de Lucros os dividendos propostos pela Administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no Estatuto Social, no exercício de 2016, no valor de R\$30.968, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

c) Reserva de ajustes de avaliação

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se a avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

d) Dividendos

O Estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

Destinação do Resultado de 2016 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2017 que, ao resultado do exercício de 2016, no montante de R\$46.706 e do saldo de lucros acumulados no montante de R\$2.098 referentes à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R\$17.836 referentes a dividendos intermediários; e,
- R\$30.968 para pagamento de dividendos adicionais.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

| | 2016 | 2015 |
|---|---------------|---------------|
| Dividendos Obrigatórios | | |
| Resultado do Exercício..... | 46.706 | 24.708 |
| (-) Reserva Legal..... | - | (227) |
| Realização do custo atribuído..... | 2.098 | 2.134 |
| Resultado do Exercício Ajustado..... | 48.804 | 26.615 |
| Dividendos Mínimos Obrigatórios - 25% do Resultado do Exercício Ajustado..... | 12.201 | 6.654 |
| Dividendos Propostos | | |
| Dividendos Intermediários..... | 17.836 | 20.000 |
| Dividendos Adicionais Propostos..... | 30.968 | 6.615 |
| Total dos Dividendos Propostos | 48.804 | 26.615 |
| Valor líquido excedente aos Dividendos Mínimos Obrigatórios | 36.603 | 19.961 |

15. RECEITA

| | 2016 | 2015 |
|--|---------------|---------------|
| Receita Bruta de Energia Elétrica (a)..... | 79.110 | 57.943 |
| Transações com Energia na CCEE (a)..... | 3.069 | 4.049 |
| Deduções à Receita Operacional (b)..... | (19.664) | (10.192) |
| Receita Operacional Líquida | 62.515 | 51.800 |

a) Receita Bruta de Energia Elétrica

| | MWh | | RS | |
|---|----------------|----------------|---------------|---------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Fornecimento Faturado - Industrial..... | 197.663 | 201.390 | 76.300 | 28.581 |
| Fornecimento Não Faturado - Industrial..... | - | - | 2.575 | 2.930 |
| Suprimento Faturado..... | - | 135.380 | 235 | 26.432 |
| Subtotal | 197.663 | 336.770 | 79.110 | 57.943 |
| Transações com Energia na CCEE..... | 25.581 | 1.449 | 3.069 | 4.049 |
| Total | 223.244 | 338.219 | 82.179 | 61.992 |

b) Deduções à Receita Operacional

| | 2016 | 2015 |
|--|---------------|---------------|
| COFINS..... | 2.465 | 1.852 |
| PASEP..... | 533 | 411 |
| ICMS..... | 13.734 | 5.145 |
| Reserva Global de Reversão - RGR..... | 1.344 | 1.621 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D..... | 252 | 207 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT..... | 252 | 207 |
| Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME..... | 126 | 104 |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE..... | 103 | 84 |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH..... | 855 | 561 |
| Total | 19.664 | 10.192 |

A empresa efetuou opção pelo Lucro Presumido no ano-calendário de 2016 e 2015, com isto, a tributação do PASEP/COFINS passou a ser pelo regime cumulativo, com alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2016 | 2015 |
|--|---------------|---------------|
| Pessoal..... | 1.573 | 1.370 |
| Materiais..... | 191 | 404 |
| Serviços de Terceiros (a)..... | 4.894 | 5.112 |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda*..... | 917 | 13.551 |
| Depreciação..... | 4.342 | 4.392 |
| Encargos de Uso da Rede de Distribuição..... | 3.101 | 3.064 |
| Seguros..... | 67 | 56 |
| Outros..... | 525 | 173 |
| Total | 15.610 | 28.122 |

*Redução devido à redução do Preço de Liquidação de Diferença (PLD).

a) Serviços de Terceiros

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------|--------------|
| Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos..... | 2.093 | 1.450 |
| Meio Ambiente..... | 1.228 | 1.805 |
| Outros..... | 1.573 | 1.857 |
| Total | 4.894 | 5.112 |

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------|--------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Renda de Aplicação no Mercado Financeiro..... | 3.518 | 4.538 |
| Outras Receitas Financeiras..... | 18 | 7 |
| Total | 3.536 | 4.545 |
| Despesas Financeiras | | |
| Varição Monetária..... | (10) | (37) |
| Multas..... | (7) | (18) |
| Outras Despesas Financeiras..... | (9) | (30) |
| Total | (26) | (85) |
| Resultado Financeiro | 3.510 | 4.460 |

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

| | 2016 | |
|--|----------------|---------------------|
| | Imposto Renda | Contribuição Social |
| LUCRO PRESUMIDO | | |
| Fornecimento de Energia Elétrica..... | 78.875 | 78.875 |
| Suprimento Bruto de Energia Elétrica..... | 3.304 | 3.304 |
| Percentual de Presunção..... | 8% | 12% |
| Receita Financeira de Aplicações (1)..... | 6.574 | 9.861 |
| Outras Receitas Financeiras..... | 3.518 | 3.518 |
| Base de Cálculo - Lucro Presumido..... | 18 | 18 |
| Alíquota 15,00% IR e 9% CSLL..... | (1.517) | (1.206) |
| Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)..... | (986) | - |
| IR e CS - Lucro Presumido | (2.503) | (1.206) |
| Corrente | (2.503) | (1.206) |

(1) Os rendimentos das aplicações financeiras auferidos e ainda não recebidos foram integralmente submetidos à tributação em dezembro de 2016, devido à opção pela tributação com base no regime do lucro real para o exercício seguinte.

| | 2015 | |
|--|----------------|---------------------|
| | Imposto Renda | Contribuição Social |
| LUCRO PRESUMIDO | | |
| Suprimento Bruto de Energia Elétrica..... | 61.992 | 61.992 |
| Percentual de Presunção..... | 8% | 12% |
| Receita Financeira de Aplicações..... | 4.959 | 7.439 |
| Outras Receitas Financeiras..... | 4.831 | 4.831 |
| Base de Cálculo - Lucro Presumido..... | 7 | 7 |
| Alíquota 15,00% IR e 9% CSLL..... | (979) | (1.105) |
| Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)..... | (955) | - |
| IR e CS - Lucro Presumido | (2.425) | (1.105) |
| Corrente | (2.425) | (1.105) |
| Diferido | 73 | 27 |

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

| Empresas | Passivo | | Despesa | |
|-----------------------------------|---------|---------|---------|------|
| | 2016 | 2016 | 2015 | 2015 |
| Outras partes relacionadas | | | | |
| Cemig GT | | | | |
| Circulante | | | | |
| Prestação de Serviços (1)..... | 138 | (1.865) | (1.086) | |

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2016, proporcionalmente à participação da Companhia no Fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas correspondentes à participação da Companhia no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão descritas abaixo:

| Emissor do Título | Tipo | Condições Contratuais Anuais | Vencimento | 2016 | 2015 |
|--------------------|------------|------------------------------|------------|--------------|-------------|
| | | | | Rosal 1,55% | Rosal 0,42% |
| Axxiom | Debêntures | 109,00% do CDI | 29/01/2017 | 89 | 48 |
| Cemig GT | Debêntures | CDI + 0,75% | 23/12/2016 | - | 211 |
| Cemig GT | Debêntures | CDI + 0,90% | 15/02/2017 | 169 | 46 |
| Cemig GT | Debêntures | CDI + 1,60% | 15/07/2018 | 810 | 228 |
| Ativas | Debêntures | CDI + 3,50% | 01/07/2017 | - | 92 |
| Ativas | Debêntures | CDI + 3,50% | 01/07/2017 | - | 115 |
| ETAU | Debêntures | 108% do CDI | 01/12/2019 | 157 | 43 |
| Brasnorte | Debêntures | 108% do CDI | 22/06/2016 | - | 12 |
| Cemig GT | Debêntures | CDI + 3,93% | 10/12/2018 | 153 | - |
| Cemig GT | Debêntures | CDI + 4,25% | 10/12/2018 | 144 | - |
| Total | | | | 1.522 | 795 |

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Concessionárias e Permissórias, Depósitos Judiciais e Fornecedores, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os saldos de Equivalentes de Caixa, os créditos com Concessionárias e Permissórias e Depósitos Judiciais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras para as quais a Companhia possui a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, estas aplicações são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, reduzidas por eventual perda por redução ao valor recuperável;
- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado.

| Ativos Financeiros: | 2016 | | 2015 | |
|---|----------------|---------------|----------------|--------------|
| | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo |
| Empréstimos e Recebíveis | | | | |
| Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras..... | 8.537 | 8.537 | 1.033 | 1.033 |
| Concessionárias e Permissórias..... | 7.609 | 7.609 | 3.617 | 3.617 |
| Depósitos Judiciais..... | 330 | 330 | 55 | 55 |
| Total | 16.476 | 16.476 | 4.705 | 4.705 |
| Mantidos até o vencimento | | | | |
| Títulos e Valores Mobiliários..... | 992 | 991 | 99 | 98 |
| Valor justo por meio do resultado: | | | | |
| Mantidos para negociação | | | | |
| Títulos e Valores Mobiliários..... | 20.231 | 20.231 | 4.803 | 4.803 |
| Passivos Financeiros: | | | | |
| Fornecedores..... | 4.819 | 4.819 | 4.210 | 4.210 |

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos, em 2016 e 2015.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a concessionárias e permissórias é considerado baixo.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem exata aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retomar o trabalho no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 03.475.839/0001-74
Belo Horizonte - MG

Rosal Energia S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

| | Até 1 mês | Total |
|----------------------|--------------|--------------|
| - Pré-fixadas | | |
| Fornecedores..... | 4.819 | 4.819 |
| | 4.819 | 4.819 |

Risco de Concentração

A Companhia possui concentração de faturamento em determinado cliente S.A., a qual representa 99,69% do faturamento em 2016 (52% em 2015). Em 2015, o faturamento também foi concentrado em outros 4 clientes, os quais representavam juntos os outros 48% do faturamento.

Diante do exposto, percebe-se que a Companhia está exposta ao risco de concentração com clientes. A Administração vem gerenciando esse risco e cumprindo com as condições negociadas com a Companhia.

21. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

| | Valor justo em 31 de dezembro de 2016 | | |
|---|---------------------------------------|--|--|
| | Saldo em 2016 | Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1) | Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2) |
| Títulos e Valores Mobiliários | | | |
| Certificados de Depósitos | | | |
| Bancários - CDBs..... | 648 | - | 648 |
| Letras Financeiras - Bancos (LFs)..... | 14.326 | - | 14.326 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFTs..... | 3.818 | 3.818 | - |
| Debêntures..... | 1.439 | - | 1.439 |
| | 20.231 | 3.818 | 16.413 |

22. SEGUROS

A Companhia possui seguro de risco operacional visando cobrir riscos e perdas em gerador, transformador e turbinas, com vigência até 07 de dezembro de 2017, na importância

segurada de R\$68.367, valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas decorrentes de eventuais sinistros.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 2017, a empresa passou a ser tributada pelo Lucro Real e reconheceu, no resultado, os efeitos tributários do IRPJ/CSLL diferidos decorrentes do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da Interpretação Técnica ICPC 10 – Ativo Imobilizado.

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor Presidente

Márcio José Peres
Diretor Financeiro e Administrativo

Wantuil Dionísio Teixeira
Diretor de Geração e Transmissão

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Relações com Investidores

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC – MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rosal Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rosal Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.7 às demonstrações financeiras, em decorrência de erro na apuração da realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial do ativo imobilizado com base no custo atribuído, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos ao ativo, passivo e demonstração das mutações do patrimônio líquido, referentes ao saldo de abertura em 01 de janeiro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não

abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

ria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 8 de junho de 2017.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-IMG 089.422/O-0